

AMERICA FIRST: A RADICALIZAÇÃO DA POLÍTICA CLIMÁTICA SOBRE O TRUMPISMO

America First: the radicalization of climate policy under trumpism

Nathalia de Oliveira Tavares¹

¹Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** nathaliatavares@iesp.uerj.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0008-7107-8362>

Artigo Recebido em: 12 fev. 2026 | Aceito em: 8 ago. 2026.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

Este artigo analisa os efeitos do retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos sobre a política climática norte-americana a partir da perspectiva da justiça climática. Argumenta-se que a agenda America First constitui mais do que uma estratégia eleitoral, configurando um projeto político orientado pela expansão dos combustíveis fósseis, pela contestação da ciência climática e pela retração dos compromissos multilaterais. Por meio de análise qualitativa de documentos oficiais, atos normativos e literatura especializada, o estudo demonstra que o trumpismo climático produz formas interligadas de injustiça em três escalas. No plano doméstico, a regressão regulatória redistribui riscos ambientais de forma desigual; no plano temporal, a politização da ciência e a manipulação do Custo Social do Carbono transferem custos para as gerações futuras; e, no plano internacional, a reterritorialização da responsabilidade climática favorece a externalização dos impactos ecológicos para o Sul Global.

Palavras-chave: Justiça climática. Trumpismo. Política climática.

ABSTRACT

This article analyzes the effects of Donald Trump's return to the presidency of the United States on American climate policy through the lens of climate justice. It argues that the America First agenda represents more than an electoral strategy, constituting a political project centered on fossil fuel expansion, the contestation of climate science, and the retreat from multilateral commitments. Drawing on a qualitative analysis of official documents, regulatory measures, and specialized literature, the study demonstrates that climate trumpism generates interconnected forms of injustice across three scales. Domestically, regulatory rollback redistributes environmental risks unevenly; temporally, the politicization of science and the manipulation of the Social Cost of Carbon shift costs onto future generations; and internationally, the reterritorialization of climate responsibility facilitates the externalization of ecological impacts onto the Global South.

Keywords: Climate justice. Trumpism. Climate policy.

INTRODUÇÃO

Há amplo consenso científico de que as atividades humanas estão alterando o sistema climático global. A emissão de gases de efeito estufa (GEE) tem contribuído para o aumento das temperaturas médias, a elevação do nível do mar, a intensificação de eventos climáticos extremos e a produção de danos significativos e, em alguns casos, irreversíveis em diferentes ecossistemas (IPCC, 2023). Apesar desse quadro, a crise climática esteve longe de ocupar uma posição central na campanha que conduziu Donald Trump de volta à presidência dos Estados Unidos em 2024.

Pelo contrário, após a confirmação de sua vitória eleitoral em 6 de novembro de 2024, Trump celebrou publicamente as reservas nacionais de petróleo e gás natural, enquanto integrantes de sua equipe reafirmavam o compromisso de ampliar a produção doméstica de combustíveis fósseis (Copley, 2024). A relevância dessa orientação política torna-se ainda mais evidente diante do fato de que o dióxido de carbono proveniente da queima de combustíveis fósseis e de processos industriais permanece como o principal responsável pelo crescimento das emissões globais de gases de efeito estufa (IPCC, 2023, p. 44).

A vitória republicana não representa apenas o retorno de Donald Trump à Casa Branca. Ela inaugura uma nova etapa do projeto político associado ao America First, marcada pela radicalização de tendências já observadas durante seu primeiro mandato (2017–2021). Se naquele momento a contestação da agenda climática se manifestou por meio da flexibilização regulatória e do afastamento de compromissos multilaterais, o cenário inaugurado em 2025 caracteriza-se por uma ofensiva mais rápida, coordenada e institucionalmente estruturada. Nesse contexto, as mudanças climáticas deixam de ser tratadas apenas como um desafio de política pública e passam a constituir um objeto de disputa ideológica, identitária e geopolítica.

Este artigo analisa os efeitos do retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos sobre a política climática norte-americana a partir da perspectiva da justiça climática. Argumenta-se que a agenda America First opera como uma racionalidade política que legitima a regressão ambiental, a politização da ciência e a externalização espacial e temporal dos custos climáticos. Sustenta-se, mais especificamente, que a radicalização das políticas implementadas a partir de 2025 produz formas interligadas de injustiça climática em três escalas: doméstica, intergeracional e global.

Para cumprir esse objetivo, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-analítico, baseada na análise documental e de discurso político. Os critérios de seleção das fontes priorizaram: a) pronunciamentos oficiais e diretrizes da administração Trump; b) relatórios, revisões normativas e documentos produzidos por agências federais norte-americanas, com destaque para a Environmental Protection Agency (EPA); e c) estudos acadêmicos e relatórios técnicos publicados entre 2024 e 2026 que analisam os primeiros movimentos do segundo mandato presidencial. A triangulação dessas fontes permite identificar tanto as transformações regulatórias promovidas pelo governo quanto os discursos utilizados para justificá-las.

Como limitação intrínseca, esta pesquisa reconhece os desafios de analisar um governo ainda em curso. Diante do caráter dinâmico e inacabado das políticas públicas atualmente em implementação, o escopo do artigo restringe-se ao exame das tendências de radicalização observadas no primeiro terço do mandato iniciado em 2025 e de seus impactos mais imediatos sobre a política climática norte-americana. As conclusões apresentadas devem, portanto, ser compreendidas como um diagnóstico preliminar dos vetores de consolidação do trumpismo

climático, cujos efeitos de longo prazo e cujas formas de resistência institucional ainda demandarão investigação futura.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E O DESAFIO DO POPULISMO DE DIREITA

O enquadramento teórico deste artigo articula a perspectiva da justiça climática à literatura sobre populismo de direita e contestação da agenda climática. Compreender os efeitos da agenda America First sobre a política ambiental norte-americana exige, inicialmente, resgatar a genealogia da justiça climática, cujas origens estão diretamente associadas às lutas por justiça ambiental desenvolvidas nos Estados Unidos a partir da década de 1980. O marco inaugural do movimento remonta aos protestos contra o descarte de solo contaminado com bifenilos policlorados (PCBs) em Afton, uma comunidade rural e majoritariamente negra no Condado de Warren, Carolina do Norte (UNC, 2026). Aquela mobilização evidenciou de forma contundente a dimensão racial e socioeconômica da exposição desigual aos riscos ambientais, forjando uma interseção crucial entre o ambientalismo e as lutas por direitos civis nos Estados Unidos (Schlosberg; Collins, 2014, p. 360).

Nesse sentido, é evidente que o desenvolvimento da justiça ambiental está ancorado em preocupações de caráter urbano, particularmente nas experiências de minorias que viviam em cidades em processo de industrialização. Os movimentos por justiça ambiental buscavam redefinir o significado de meio ambiente, afastando-se de uma concepção estritamente naturalista e incorporando de forma central as condições materiais da vida humana. O foco deslocou-se então para a maneira como os riscos ambientais afetam o cotidiano de comunidades vulnerabilizadas, sem que isso implicasse a exclusão do âmbito não humano do enquadramento ambiental.

Nas décadas seguintes, esse debate expandiu-se para além do contexto doméstico norte-americano. À medida que as mudanças climáticas passaram a ser compreendidas como um problema global, tornou-se evidente que seus impactos não se distribuem de forma homogênea entre países, grupos sociais ou gerações. Em 2001, durante a COP 6, a criação da Environmental Justice and Climate Change Initiative (EJCC) contribuiu para consolidar a ideia de que a crise climática está profundamente relacionada a desigualdades históricas e estruturais (UNECE, 2026). A justiça climática emerge, assim, como uma extensão da justiça ambiental para um contexto marcado por interdependências globais e responsabilidades compartilhadas.

Como observa Simon Caney (2021), levar a justiça climática a sério implica questionar os arranjos políticos, econômicos e institucionais que permitem a transferência sistemática dos custos ambientais para grupos menos responsáveis pela sua produção. Sob essa perspectiva, a mudança climática não constitui apenas um problema ecológico, mas também um problema de justiça relacionado à distribuição de riscos, responsabilidades e capacidades de resposta. Essa dimensão é particularmente relevante porque os efeitos das emissões de gases de efeito estufa transcendem fronteiras territoriais e horizontes temporais. A justiça climática pressupõe,

portanto, algum grau de responsabilidade compartilhada entre Estados, bem como obrigações morais em relação às gerações futuras. Nesse sentido, os debates sobre cooperação internacional, transição energética e mitigação climática envolvem necessariamente disputas sobre quem deve arcar com os custos da ação climática e quem suporta os impactos da inação.

É nesse ponto que a ascensão contemporânea do populismo de direita se torna relevante para a análise. Nos Estados Unidos, a consolidação do trumpismo ocorreu em um contexto de transformações econômicas, sociais e geopolíticas que alimentaram percepções de declínio relativo da liderança norte-americana e ampliaram sentimento de insegurança econômica e cultural. A crescente competição com a China e os efeitos distributivos da globalização fortaleceram discursos políticos centrados na defesa da soberania nacional, da autonomia energética e da proteção dos interesses domésticos (Schutte, 2021).

Entretanto, mais do que uma reação a mudanças estruturais da ordem internacional, o populismo de direita reorganiza o debate público ao questionar instituições, especialistas e formas de autoridade associadas ao consenso liberal contemporâneo. No campo climático, esse movimento se expressa pela crescente contestação da legitimidade do conhecimento científico e pela transformação da política ambiental em objeto de disputa identitária. Sob as condições da chamada era da pós-verdade, a transição energética passa a ser apresentada não como uma necessidade decorrente dos limites ecológicos do planeta, mas como uma imposição de elites cosmopolitas que ameaçaria a soberania nacional, a prosperidade econômica e determinados modos de vida.

A partir dessa perspectiva, a agenda America First, sobretudo no contexto do discurso de tornar a América grande de novo (Make America Great Again), pode ser compreendida como uma forma de reterritorialização da responsabilidade climática. Em contraste com os pressupostos normativos da justiça climática, que enfatizam responsabilidades compartilhadas e impactos transfronteiriços, o governo Trump busca restringir o horizonte da responsabilidade política ao espaço imediato do Estado-nação. Ao priorizar objetivos de segurança energética, crescimento econômico e competição geopolítica, a agenda climática é subordinada a interesses nacionais de curto prazo.

Dessa forma, a racionalidade política expressa no America First opera em tensão direta com os princípios da justiça climática. Ao rejeitar compromissos multilaterais, enfraquecer mecanismos regulatórios e questionar a autoridade científica, o trumpismo contribui para legitimar a externalização espacial e temporal dos custos ambientais, transferindo seus efeitos para populações mais vulneráveis e para gerações futuras. É a partir desse enquadramento que serão analisados os efeitos do segundo mandato de Donald Trump sobre a política climática norte-americana.

A CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DO TRUMPISMO CLIMÁTICO

O retorno de Donald Trump à presidência em 2025 não representa uma ruptura fortuita, mas a consolidação e o aprofundamento de uma racionalidade política cujos contornos já haviam sido delineados durante seu primeiro mandato (2017–2021). Sob a lógica do America First, a política energética norte-americana passou a ser concebida prioritariamente como instrumento de crescimento econômico, segurança nacional e competição geopolítica, dissociando-se progressivamente dos compromissos de mitigação climática. Se, entre 2017 e 2021, esse projeto avançou por meio do enfraquecimento de regulações ambientais e da promoção dos combustíveis fósseis, o cenário inaugurado em 2025 revela uma estratégia mais rápida, abrangente e institucionalmente coordenada.

Apenas no primeiro ano após o retorno de Trump à Casa Branca foram registradas 304 ações de desregulamentação ambiental (Guarna; Lowy, 2026). Amparada no uso extensivo de ordens executivas, reformas administrativas e reestruturações burocráticas, a nova administração transformou a contestação da agenda climática em um princípio organizador da ação estatal. O que anteriormente se manifestava como uma agenda política fortemente associada à figura do presidente passou a adquirir maior densidade institucional, ampliando a capacidade do governo de reverter políticas ambientais e energéticas construídas ao longo das últimas décadas.

Essa consolidação institucional do trumpismo climático encontra respaldo em um contexto doméstico marcado por elevada polarização política. Embora os impactos das mudanças climáticas sejam cada vez mais evidentes, parcela significativa da população norte-americana continua questionando suas causas ou sua gravidade: aproximadamente um terço dos cidadãos atribui o aquecimento global a fatores estritamente naturais e cerca de 20% dos adultos não demonstram preocupação com a questão climática (Gallup, 2024). Nesse contexto, a política climática deixa de ser percebida apenas como uma resposta técnica a um problema ambiental e passa a integrar disputas identitárias mais amplas. Como observam Bouman *et al.* (2020) e Sun, Shen e Kejriwal (2025), a polarização partidária condiciona a forma como indivíduos interpretam informações científicas e avaliam políticas públicas. É nesse ambiente que Trump converte a rejeição às regulações ambientais em um símbolo de resistência política, apresentando-as como obstáculos impostos por elites burocráticas e científicas aos interesses do “povo americano”.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E REGRESSÃO AMBIENTAL DOMÉSTICA

A dimensão material da agenda America First manifesta-se por meio de uma regressão ambiental sistemática, caracterizada pela redução deliberada da capacidade regulatória e fiscalizatória do Estado. Embora a radicalização desse processo tenha se tornado particularmente evidente após o retorno de Donald Trump à presidência em 2025, suas bases foram estabelecidas ainda durante a construção de sua trajetória política nacional. Antes mesmo de ingressar na disputa presidencial, Trump já questionava publicamente a existência das mudanças climáticas e defendia a expansão da exploração de combustíveis fósseis como estratégia de crescimento

econômico e fortalecimento da soberania energética norte-americana (Media Matters, 2014; Jacobs, 2016).

Essas posições seriam posteriormente incorporadas ao America First Energy Plan, estruturado em torno de três objetivos centrais: a ampliação da produção doméstica de combustíveis fósseis de baixo custo, a revitalização da indústria do carvão e o desmantelamento das políticas climáticas implementadas durante a administração Obama (Vakhshouri, 2017). Sob esse enquadramento, a política energética passou a ser concebida prioritariamente como instrumento de geração de empregos, crescimento econômico e competitividade internacional, relegando as preocupações ambientais a uma posição secundária.

Durante o primeiro mandato (2017–2021), essa orientação foi institucionalizada por meio de uma ampla ofensiva regulatória. A Ordem Executiva nº 13771, conhecida como regra do “dois por um”, estabeleceu que a criação de uma nova regulação deveria ser acompanhada da revogação de duas normas já existentes (Baker, 2020). A Agência de Proteção Ambiental (EPA) tornou-se o principal espaço de implementação dessa estratégia. Entre as medidas mais relevantes destacam-se a revogação do Plano de Energia Limpa (Clean Power Plan) e sua substituição pela regra Energia Limpa Acessível (Affordable Clean Energy Rule – ACE), iniciativa que, segundo a própria EPA (2025), produziu um aumento líquido das emissões de dióxido de carbono no setor elétrico. Paralelamente, foram flexibilizados os controles sobre emissões de metano na indústria de hidrocarbonetos e reduzido o alcance protetivo da Lei da Água Limpa (Clean Water Act) por meio da revisão da regra Waters of the United States (WOTUS) (Baker, 2020).

O segundo mandato, iniciado em janeiro de 2025, representa menos uma ruptura do que uma intensificação dessa trajetória. Diferentemente do período anterior, marcado por disputas institucionais e por certo grau de experimentalismo regulatório, a nova administração passou a operar com maior velocidade, coordenação e capacidade burocrática. Somente no primeiro ano após o retorno de Trump à Casa Branca foram registradas 304 ações de desregulamentação ambiental (Guarna; Lowy, 2026). A política climática deixou de ser tratada apenas como um conjunto de regulações setoriais a serem flexibilizadas e passou a ser enquadrada como um obstáculo estrutural à segurança energética, ao crescimento econômico e à competição estratégica dos Estados Unidos com a China.

Essa nova etapa do trumpismo climático direcionou-se não apenas ao enfraquecimento de mecanismos regulatórios existentes, mas também à contenção da transição energética. Diversas iniciativas buscaram restringir o financiamento e dificultar a expansão de fontes renováveis, particularmente a energia eólica e solar (Guarna; Lowy, 2026). Ao privilegiar a exploração doméstica de petróleo, gás natural e carvão como pilares da autonomia estratégica nacional, a administração reforça a dependência de matrizes energéticas intensivas em carbono e prolonga trajetórias de desenvolvimento associadas a elevados níveis de emissão.

Sob a perspectiva da justiça climática, os efeitos desse processo ultrapassam o campo estritamente econômico ou energético. A redução da capacidade regulatória do Estado altera a distribuição social dos riscos ambientais, transferindo seus custos de forma desproporcional para grupos historicamente mais vulneráveis. Comunidades de baixa renda, populações racializadas e territórios já expostos à poluição industrial tendem a ser os principais afetados pelo enfraquecimento dos mecanismos de fiscalização e controle ambiental. Nesse sentido, a regressão regulatória promovida pela administração Trump não representa apenas uma mudança de orientação governamental, mas uma redistribuição regressiva dos riscos ecológicos. Ao abdicar de parte de sua função protetiva diante dos agentes poluidores, o Estado contribui para aprofundar desigualdades ambientais que estiveram na própria origem das reivindicações por justiça ambiental e, posteriormente, por justiça climática.

A POLITIZAÇÃO DA CIÊNCIA E A INJUSTIÇA INTERGERACIONAL

A eficácia do desmonte regulatório promovido pelo trumpismo depende da erosão da autoridade científica e da capacidade técnica das instituições responsáveis pela formulação de políticas ambientais. Historicamente, movimentos por justiça ambiental e climática recorreram à produção científica independente para demonstrar os vínculos entre degradação ecológica, exposição desigual à poluição e impactos sobre a saúde pública (Desikan *et al.*, 2023). Nesse contexto, a contestação sistemática da ciência não constitui um elemento periférico da agenda climática de Donald Trump, mas um componente central de sua estratégia política. Ao enfraquecer a legitimidade do conhecimento especializado, o governo reduz a capacidade do Estado de identificar riscos ambientais e desloca o ônus da prova das atividades poluidoras para as comunidades afetadas.

Durante o primeiro mandato, essa dinâmica manifestou-se na ocupação ideológica de órgãos reguladores, especialmente da Agência de Proteção Ambiental (EPA). Sob a liderança de Scott Pruitt e Andrew Wheeler, conteúdos relacionados às mudanças climáticas foram removidos de canais institucionais, enquanto cientistas independentes perderam espaço em comitês consultivos substituídos por representantes ligados ao setor empresarial (Fischer, 2022). A partir de janeiro de 2025, contudo, esse processo assumiu uma dimensão mais ampla. Sob o discurso da “transparência” e da “reprodutibilidade”, a nova administração passou a enquadrar o conhecimento climático especializado como uma forma de ativismo político incompatível com os interesses nacionais (Potts, 2025). Como resultado, observou-se o enfraquecimento de estruturas de pesquisa, a suspensão de comitês técnicos e a redução de recursos destinados a estudos climáticos, inclusive aqueles desenvolvidos em cooperação internacional.

Um dos exemplos mais significativos dessa disputa epistêmica envolve o Custo Social do Carbono (CSC). Essa métrica estima, em termos monetários, os danos econômicos futuros decorrentes da emissão de uma tonelada adicional de dióxido de carbono e constitui um dos principais instrumentos utilizados para avaliar a relação custo-benefício de políticas ambientais (Arlota, 2020). Ao alterar as taxas de desconto intertemporais e restringir a contabilização dos

impactos às fronteiras nacionais dos Estados Unidos, as administrações Trump reduziram artificialmente o valor atribuído aos danos futuros das emissões.

As implicações dessa alteração transcendem o campo técnico. Sob a perspectiva da justiça climática, a redução do CSC representa uma forma de invisibilização política dos custos impostos às gerações futuras. Como os efeitos do carbono acumulado na atmosfera se distribuem ao longo de décadas e, em muitos casos, possuem caráter irreversível, a subestimação sistemática desses danos favorece interesses econômicos imediatos em detrimento do bem-estar das gerações que ainda não participaram dos processos de decisão. A manipulação do CSC permite que custos ambientais de longo prazo sejam excluídos do cálculo político presente, legitimando a continuidade da expansão fóssil e reduzindo os incentivos para a adoção de medidas mais ambiciosas de mitigação.

Nesse sentido, a politização da ciência não produz apenas déficits de informação ou problemas de governança. Ela altera os próprios critérios pelos quais riscos, responsabilidades e benefícios são distribuídos entre gerações. Ao enfraquecer instrumentos destinados a incorporar o futuro nas decisões do presente, o trumpismo amplia uma forma específica de injustiça climática: aquela que transfere os custos da prosperidade atual para indivíduos que ainda não possuem meios de participação política ou capacidade de defesa de seus próprios interesses. A questão deixa de ser apenas regulatória ou econômica e assume uma dimensão profundamente intergeracional.

Se a manipulação do conhecimento científico permite deslocar os custos climáticos para o futuro, a política externa climática norte-americana amplia esse movimento ao transferir parte desses custos para além das fronteiras nacionais. É nesse contexto que se torna possível compreender a reterritorialização da responsabilidade climática promovida pela agenda America First.

RETERRITORIALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE E INJUSTIÇA CLIMÁTICA GLOBAL

A dimensão internacional do trumpismo climático revela de forma particularmente clara as tensões entre a lógica do America First e os princípios da justiça climática. Cumprindo uma de suas principais promessas de campanha, Donald Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris durante seu primeiro mandato (Casa Branca, 2017). Mais do que uma simples divergência sobre instrumentos de política ambiental, essa decisão simbolizou a rejeição de um dos pilares normativos da governança climática contemporânea: a ideia de que a mitigação das mudanças climáticas exige responsabilidades compartilhadas entre Estados diante de um problema cujos efeitos ultrapassam fronteiras nacionais.

Embora a administração Biden tenha reinserido os Estados Unidos no acordo em 2021, a vitória republicana em 2024 evidenciou a fragilidade política desses compromissos. O retorno de Trump à presidência em 2025 recolocou a agenda America First no centro da política externa norte-americana, subordinando a cooperação climática aos objetivos de segurança energética,

crescimento econômico e competição geopolítica. Nesse contexto, a ação climática multilateral passou a ser apresentada como uma limitação indevida à autonomia nacional e à capacidade dos Estados Unidos de preservar sua posição estratégica no sistema internacional.

Para compreender esse movimento, propõe-se o conceito de reterritorialização da responsabilidade climática. Esse conceito descreve o processo pelo qual um Estado restringe deliberadamente o alcance de suas obrigações morais e políticas às fronteiras do interesse nacional, recusando responsabilidades que decorrem dos efeitos globais de suas decisões. Em termos práticos, trata-se de uma redefinição do espaço da responsabilidade: os benefícios econômicos associados às emissões permanecem concentrados no território nacional, enquanto seus custos ambientais são distribuídos para além das fronteiras estatais, sem que isso seja reconhecido como fonte de obrigações. Em contraste com a perspectiva da justiça climática, que parte da interdependência ecológica e da distribuição transnacional dos riscos climáticos, a racionalidade do America First reconstrói a mudança climática como uma questão circunscrita à soberania nacional e à competitividade econômica entre Estados.

A reterritorialização da responsabilidade produz, como consequência direta, a externalização espacial dos custos climáticos. Ao rejeitar compromissos multilaterais e priorizar a expansão da produção doméstica de combustíveis fósseis, os Estados Unidos preservam benefícios econômicos e estratégicos de curto prazo enquanto deslocam parte significativa dos impactos ambientais para além de suas fronteiras. Os custos associados ao aumento das emissões não permanecem confinados ao território nacional, mas são distribuídos globalmente por meio da intensificação de eventos climáticos extremos, da degradação ambiental e do agravamento de vulnerabilidades já existentes em países menos responsáveis pela acumulação histórica de gases de efeito estufa. Conforme argumenta o filósofo político Darrel Moellendorf, a vulnerabilidade às mudanças climáticas é o produto da exposição ao risco combinada à capacidade de adaptação. Assim, o cenário global desenha uma injustiça ética intergeracional e social, onde os maiores riscos são empurrados para as populações mais pobres do futuro, que habitam regiões propensas a desastres e dispõem de menos recursos para mitigá-los (2014, p.17).

O suporte político interno para essa estratégia encontra-se profundamente ancorado naquilo que a teoria crítica denomina subjetividade fóssil. Trata-se de uma forma de percepção política, alimentada por mídias hiperpartidárias e pelas dinâmicas da pós-verdade, que associa a prosperidade econômica e a própria liberdade individual à continuidade da exploração de combustíveis fósseis. Nessa perspectiva, a transição energética deixa de ser compreendida como um processo de transformação econômica e passa a ser interpretada como uma ameaça ao modo de vida e à autonomia do trabalhador norte-americano, uma vez que as liberdades modernas foram historicamente construídas sobre uma economia intensiva em carbono (Lim, 2018). O carbono, portanto, deixa de representar apenas uma fonte de degradação ambiental e passa a operar como um marcador de identidade política e pertencimento cultural. Diante da intensificação da crise climática, essa subjetividade tende a reforçar a rejeição às políticas de

descarbonização, fazendo com que a promessa de "Make America Great Again" seja associada à preservação de uma economia fóssil, entendida como condição para a manutenção dos empregos, do consumo e da projeção internacional de poder (Sun; Shen; Kejriwal, 2025).

As implicações distributivas desse processo tornam-se particularmente evidentes quando observadas à luz da distinção formulada por Henry Shue (2015) entre emissões de subsistência e emissões de luxo. Enquanto as primeiras estão associadas à satisfação de necessidades básicas e ao desenvolvimento de populações historicamente empobrecidas, as segundas resultam de padrões de consumo e acumulação característicos das economias industrializadas. Ao expandir deliberadamente a produção e o consumo de combustíveis fósseis em nome da competitividade econômica e da segurança energética, os Estados Unidos ampliam sobretudo suas emissões de luxo. O resultado é uma distribuição profundamente desigual dos custos e benefícios da economia fóssil: enquanto os ganhos econômicos e geopolíticos permanecem concentrados nas grandes potências industriais, os impactos mais severos da crise climática recaem de forma desproporcional sobre populações vulneráveis e países em desenvolvimento, que historicamente concentram mais de 98% das vítimas de eventos climáticos extremos (PNUD, 2007).

Nesse sentido, a reterritorialização da responsabilidade climática promovida pelo trumpismo constitui a expressão internacional de um processo já observado nas dimensões doméstica e intergeracional analisadas anteriormente. Se a regressão regulatória redistribui riscos ambientais dentro da sociedade norte-americana e a manipulação do conhecimento científico desloca custos para as gerações futuras, a política externa do America First amplia esse movimento para a escala global, transferindo parte significativa dos custos ecológicos da expansão fóssil norte-americana para além de suas fronteiras territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das primeiras medidas adotadas por Donald Trump em seu retorno à presidência dos Estados Unidos sugere que a agenda America First não deve ser compreendida apenas como uma estratégia de mobilização eleitoral, mas como um projeto político capaz de reorganizar as prioridades do Estado em torno da expansão dos combustíveis fósseis e da contestação da agenda climática. Embora apresente elementos de continuidade em relação ao primeiro mandato, o período iniciado em janeiro de 2025 revela uma atuação mais rápida, coordenada e institucionalmente estruturada. A intensidade das iniciativas desregulatórias, associada ao enfraquecimento de órgãos técnicos e à crescente deslegitimação do conhecimento científico, indica que o negacionismo climático deixou de ocupar uma posição periférica no debate político para assumir um papel central na formulação das políticas públicas federais.

Argumentou-se ao longo deste artigo que o trumpismo climático produz formas distintas, porém interligadas, de injustiça climática. No plano doméstico, a regressão regulatória e o enfraquecimento da capacidade fiscalizatória do Estado contribuem para uma redistribuição

desigual dos riscos ambientais, atingindo de maneira desproporcional comunidades historicamente vulnerabilizadas. No plano temporal, a politização da ciência e a manipulação de instrumentos como o Custo Social do Carbono reduzem o peso atribuído aos impactos futuros das mudanças climáticas, transferindo custos e riscos para as próximas gerações. No plano internacional, a reterritorialização da responsabilidade climática e o afastamento dos compromissos multilaterais favorecem a externalização dos custos ecológicos para países e populações menos responsáveis pela crise climática, aprofundando desigualdades já existentes entre Norte e Sul Global.

O caso norte-americano evidencia, dessa maneira, uma tensão central das democracias contemporâneas: a possibilidade de que consensos científicos amplamente estabelecidos sejam politicamente contestados e convertidos em objeto de disputa identitária. Nesse contexto, a agenda climática deixa de ser debatida apenas em termos de custos e benefícios econômicos e passa a integrar conflitos mais amplos relacionados à soberania, à identidade nacional e à confiança nas instituições responsáveis pela produção e validação do conhecimento especializado. A ascensão do trumpismo climático demonstra que a disputa em torno das mudanças climáticas não se limita à definição de instrumentos de mitigação ou adaptação, mas envolve também conflitos sobre autoridade política, pertencimento coletivo e distribuição de responsabilidades em um contexto de crescente interdependência ecológica.

Diante dos limites inerentes à análise de um governo ainda em curso, este artigo não pretende esgotar os efeitos da reorientação promovida pela administração Trump. Pelo contrário, seus resultados apontam para agendas de pesquisa que merecem atenção nos próximos anos. A compreensão dos impactos de longo prazo do trumpismo climático dependerá, em grande medida, da investigação dos mecanismos capazes de limitar, compensar ou aprofundar a regressão observada no plano federal. Nesse sentido, destacam-se três frentes particularmente relevantes: a capacidade de governos estaduais e locais de sustentar políticas climáticas em contextos de retração federal; o papel desempenhado pelos tribunais na contenção ou legitimação das medidas desregulatórias; e os efeitos internacionais da política climática norte-americana sobre os regimes de cooperação ambiental e sobre as demandas por justiça climática no Sul Global. O acompanhamento desses processos será fundamental para compreender não apenas os limites e alcances da atual regressão ambiental nos Estados Unidos, mas também a resiliência das instituições e mecanismos de governança climática diante de projetos políticos abertamente contrários à descarbonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Affordable Clean Energy Rule. (2025) EPA. Disponível em: <https://www.epa.gov/stationary-sources-air-pollution/affordable-clean-energy-rule>. (Acesso em: 6 fev. 2026).

Baker, C. (2020) 'The Trump administration's major environmental deregulations'. *Brookings*, 15 dez.. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-trump-administrations-major-environmental-deregulations/>. (Acesso em: 6 fev. 2026).

Bouman, T. *et al.* (2020) When worry about climate change leads to climate action: How values, worry and personal responsibility relate to various climate actions. *Global Environmental Change*, v. 62, Mai 2020.

Caney, S. (2021) *Climate Justice*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, dez.. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/justice-climate>. (Acesso em: 11 jul. 2024).

Desikan, A. *et al.* (2023) 'An equity and environmental justice assessment of anti-science actions during the Trump administration'. *Journal of Public Health Policy*, n. 44, pp. 147-162, fev..

Fischer, F. (2022) 'Post-Truth Populism and Scientific Expertise: Climate and Covid Policies from Trump to Biden'. *International Review of Public Policy*, 4(1), pp. 115-122.

FOX Regular Donald Trump Decries Climate Change "Hoax". (2014) *Media Matters*, 1 jun.. Disponível em: <https://www.mediamatters.org/fox-friends/fox-regular-donald-trump-decries-climate-change-hoax>. (Acesso em: 6 fev. 2026).

Guarna, O.; Lowy, R. (2026) *One Year of Trump 2.0: Updates from the Climate Backtracker*. Columbia Climate School Sabin Center for Climate Change, 2026. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/climatechange/2026/01/26/one-year-of-trump-2-0-updates-from-the-climate-backtracker/>. (Acesso em: 8 fev. 2026).

IPCC. (2023) Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Core Writing Team: H. Lee; J. Romero (eds.). Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change.

Jacobs, B. (2016) Donald Trump would allow Keystone XL pipeline and end Paris climate deal. *The Guardian*, 26 mai.. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2016/may/26/donald-trump-environmental-policy-climate-change-keystone-xl>. (Acesso em: 6 fev. 2026).

Lim, A. (2018) The Ideology of Fossil Fuels. *Dissent*, Filadélfia. Disponível em: <https://dissentmagazine.org/article/ideology-fossil-fuels-apocalypse-petrocapitalism-energy-humanities/> (Acesso em: 10 jul. 2026).

Moellendorf, D. (2014) *The Moral Challenge of Dangerous Climate Change: Values, Poverty, and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

PNUD. (2007) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Human Development Report 2007/2008 - Fighting climate change: Human solidarity in a divided world. New York: Palgrave Macmillan.

Potts, T. (2025) A Year in Review of Trump's War on Science. *Evidence for Democracy*. Disponível em: <https://evidencefordemocracy.ca/a-year-in-review-of-trumps-war-on-science/>. (Acesso em: 10 fev. 2026).

Schlosberg, D.; Collins, L. B. (2014) 'From environmental to climate justice: climate change and the discourse of environmental justice'. *WIREs Clim Change*, v. 5, pp. 359-375.

Schutte, G. R. (2021) 'The challenge to US hegemony and the "Gilpin Dilemma"'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 64(1), maio.

Seven Key Gallup Findings About the Environment on Earth Day. (2024) *Gallup, 2024*. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/643850/seven-key-gallup-findings-environment-earth-day.aspx>. (Acesso em: 6 fev. 2026).

Shue, H. (2015) *Climate justice: vulnerability and protection*. Oxford: Oxford University Press.

Shue, H. (2022) *The pivotal generation: why we have a moral responsibility to slow climate change right now*. Princeton: Princeton University Press.

Statement by President Trump on the Paris Climate Accord. (2017) *White House*, 1 jun.. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-trump-paris-climate-accord/>. (Acesso em: 6 fev. 2026).

Sun, Y.; Shen, K.; Kejriwal, M. (2025) 'Backlash or reinforcement? Donald Trump's 2017 inauguration and shifting climate beliefs in the United States'. *npj Climate Action*, 4(26).

UNC University Libraries. [s.d.] *We Birthed the Movement: The Warren County PCB Landfill Protests, 1978–1982*. Chapel Hill, NC: UNC University Libraries. Disponível em: <https://library.unc.edu/exhibition/we-birthed-the-movement-the-warren-county-pcb-landfill-protests-1978-1982/>. (Acesso em: 29 jan. 2026).

United Nations Economic Commission For Europe (UNECE). [s.d.] Environmental Justice and Climate Change Initiative (EJCC). *Aarhus Clearinghouse for Environmental Democracy*. Disponível em: <https://aarhusclearinghouse.unece.org/resources/environmental-justice-and-climate-change-initiative-ejcc>. (Acesso em: 29 jan. 2026).

Vakhshouri, S. (2017) 'The America First Energy Plan: Renewing the Confidence of American Energy Producers'. *Atlantic Council*, Issue Brief, 1 agosto.